

João Neiva

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

12/2024

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	<u>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</u>	<u>SALDO NO EXERCÍCIO ATÉ O MÊS</u>
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	371.455,29	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	371.455,29	0,00
Empréstimos	231.855,29	0,00
Internos	231.855,29	0,00
Externos	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00
Financiamentos	139.600,00	0,00
Internos	139.600,00	0,00
Externos	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	55.397.787,46	60.662.686,09
Disponibilidade de Caixa ¹	55.397.787,46	60.662.686,09
Disponibilidade de Caixa Bruta	56.613.640,76	62.330.545,88
(-) Restos a Pagar Processados	464.771,39	904.577,30
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	751.081,91	763.282,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ² (DCL) (III) = (I - II)	-55.026.332,17	-60.662.686,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	95.950.923,48	113.601.296,52
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	428.641,00	2.950.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	95.522.282,48	110.651.296,52
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,39	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-57,61	-54,82
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO - SENADO FEDERAL - <%>	114.626.738,98	132.781.555,82
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	103.164.065,08	119.503.400,24
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	<u>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</u>	<u>SALDO NO EXERCÍCIO ATÉ O MÊS</u>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	3.011.697,60	0,00
PASSIVO ATUARIAL	230.723.320,20	190.871.928,24
RP NÃO-PROCESSADOS	7.742.178,14	6.764.519,44
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00

FONTE: Sistema CidadES, Data da emissão 19/02/2025 e hora de emissão 19:01. VERSÃO: 4.0

1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos"

NOTA: